



Escola de Administração
Fazendária

**CONCURSO PÚBLICO PARA A
SECRETARIA DA FAZENDA DO ESTADO
DO PIAUÍ - SEFAZ - PI - 2001**

Auditor

a.2

INSTRUÇÕES

Nome: _____ Nº Inscrição: _____

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS não será substituído e deve ser assinado no seu verso.
- 3 - **DURAÇÃO DA PROVA: 3h30**, incluído o tempo para preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 4 - Neste caderno, as questões estão numeradas de **01 a 50**, seguindo-se a cada uma 5 (cinco) opções (respostas), precedidas das letras **a, b, c, d e e**.
- 5 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas por seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), **toda a área correspondente à opção de sua escolha**, sem ultrapassar seus limites.
- 6 - Não amasse nem dobre o CARTÃO DE RESPOSTAS; evite usar borracha.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois qualquer reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão não será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular, etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os **trinta minutos que antecedem o término da prova**, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.9 do edital.
- 11 - Entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala, quando de sua saída, que não poderá ocorrer antes de decorrida uma hora do início da prova; a não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Esta prova está assim constituída:

Disciplinas	Questões	Peso
Contabilidade Geral	01 a 10	1,5
Contabilidade Pública	11 a 15	
Auditoria	16 a 30	
Administração Financeira e Orçamentária	31 a 45	
Finanças Públicas	46 a 50	

Boa Prova

CONTABILIDADE GERAL

01- Constitui fonte de recursos, na estrutura patrimonial,

- a) o capital a integralizar.
- b) a duplicata descontada.
- c) o passivo a descoberto.
- d) a disponibilidade sem restrições.
- e) o capital autorizado.

02- Dados os saldos abaixo discriminados, à data do balanço, determinar o valor do patrimônio líquido, de acordo com a Lei nº 6.404/76. (Valores em \$)

Capital Social	600
Reserva Legal	80
Provisão para Contingências	60
Subvenção para Custeio	50
Reserva para Aumento de Capital	40
Ágio na Emissão de Ações	100
Ações em Tesouraria	30
Reavaliação de Ativos de Controladas	140
Reserva para Novos Investimentos	120
Reserva de Lucros a Realizar	90

- a) 1.280
- b) 1.200
- c) 1.140
- d) 1.000
- e) 900

03- De acordo com os princípios fundamentais de Contabilidade adotados pelo Conselho Federal de Contabilidade,

- a) com a desindexação da economia, tornou-se inaplicável a atualização monetária dos valores contábeis, em virtude de não mais haver alteração do poder aquisitivo da moeda nacional.
- b) a doação, por ser recebida sem custo para a empresa donatária, pode ser registrada por valor simbólico, dispensados controles contábeis.
- c) o custo histórico, pela sua objetividade, preserva o valor original e, portanto, os valores intrínsecos dos bens, direitos e obrigações integrados ao patrimônio.
- d) a utilização de indexadores específicos para cada tipo de empresa, em época de inflação elevada, é o meio adequado para assegurar a comparabilidade entre as diversas empresas.

- e) o registro pelo valor original pressupõe que o valor de realização da transação configura o valor econômico dos ativos no momento da sua ocorrência.

04- O lançamento

D – Duplicatas a Pagar	120	
D – Despesas de Juros	12	
C – Bancos		126
C – Abatimentos Obtidos		6

corresponde a um fato

- a) modificativo diminutivo
- b) permutativo aumentativo
- c) misto diminutivo
- d) permutativo modificativo
- e) misto modificativo

05- Constitui fato objeto de relevação contábil

- a) o recebimento de ações bonificadas, sem custo para a companhia.
- b) a estimativa de aumento do valor de ativos em moeda estrangeira, em virtude de futuras desvalorizações cambiais.
- c) o ágio na aquisição de participações societárias avaliadas ao custo de aquisição, em função das perspectivas de rentabilidade do negócio.
- d) a estimativa de diminuição futura do lucro, em razão de perda julgada provável.
- e) a emissão de partes beneficiárias efetuada a título não-oneroso.

06- De acordo com as Normas Brasileiras de Contabilidade, é forma de retificação de lançamento

- a) o estorno, quando uma conta foi indevidamente debitada ou creditada.
- b) a anulação, quando o fato objeto do registro não ocorreu.
- c) a suplementação, quando houve registro de valor superior ao devido.
- d) a complementação, para aumentar ou reduzir o valor anteriormente registrado.
- e) a transferência, quando houve inversão das contas debitada e creditada.

07- Na alienação de um ativo imobilizado já depreciado em 80%, a empresa apurou prejuízo de \$ 100. Assinale a opção que corresponde ao respectivo lançamento.

- | | | |
|------------------------------|-------|-------|
| a) D – Caixa | 100 | |
| D – Resultado da Venda | 200 | |
| D – Depreciação Acumulada | 800 | |
| C – Custo da Venda | | 100 |
| C – Custo do Bem | | 1.000 |
| | | |
| b) D – Receita da Venda | 500 | |
| D – Depreciação Acumulada | 1.600 | |
| C – Custo do Bem | | 2.000 |
| C – Custo da Venda | | 100 |
| | | |
| c) D – Depreciação Acumulada | 800 | |
| D – Caixa | 300 | |
| C – Custo do Bem | | 1.000 |
| C – Resultado da Venda | | 100 |
| | | |
| d) D – Custo da Venda | 400 | |
| C – Caixa | | 100 |
| C – Receita da Venda | | 300 |
| | | |
| e) D – Caixa | 300 | |
| D – Resultado da Venda | 100 | |
| C – Custo do Bem | | 400 |

08- Com relação a benfeitorias realizadas em imóveis de terceiros, a empresa lançará, por ocasião da apuração do resultado, ao final do exercício,

- como encargo de depreciação, a perda de valor estimada, quando o contrato para utilização do imóvel for por tempo indeterminado.
- como encargo de amortização, a parcela correspondente à utilização do potencial de valor atinente à aplicação realizada.
- como despesa a recuperar, a parcela reembolsável pelo proprietário, quando da devolução do imóvel.
- como encargo de depreciação, a parcela rateada em função do prazo de vigência do contrato para utilização do imóvel.
- como encargo de amortização, o rateio da parcela reembolsável pelo proprietário, quando da devolução do imóvel.

09- No tocante aos critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, é correto afirmar que

- a) valor de mercado das matérias-primas é aquele pelo qual possam ser alienadas a terceiros.
- b) com a extinção da correção monetária, as obrigações serão mantidas sem atualização até a data de sua liquidação.
- c) não é mais possível constituir contabilmente provisão para crédito de liquidação duvidosa, por ser indedutível para fins da legislação do Imposto de Renda.
- d) as aplicações classificadas no ativo diferido têm como conta retificadora as respectivas amortizações acumuladas.
- e) a depreciação acumulada registra a perda de valor dos bens tangíveis e intangíveis do ativo imobilizado.

10- Ao final do exercício, a Cia. "A" detém 20% do capital da Cia. "B", representado por ações preferenciais. O investimento fora adquirido por \$ 5.000. O capital social e o patrimônio líquido de "A" são de, respectivamente, \$ 40.000 e \$ 50.000; o capital social e o patrimônio líquido de "B", são, respectivamente, de \$ 40.000 e \$ 30.000. Este investimento, no balanço de "A", deve ser avaliado por

- a) \$ 10.000
- b) \$ 8.000
- c) \$ 6.000
- d) \$ 5.000
- e) \$ 3.000

CONTABILIDADE PÚBLICA

11- Segundo a Lei nº 4.320/64, o Plano de Contas da administração pública deve ser estruturado em sistemas de contas com o objetivo de facilitar a elaboração dos balanços e demonstrações previstas na Lei nº 4.320/64. Nesse sentido, a realização de uma receita tributária provoca lançamentos no(s) seguinte(s) sistema(s):

- a) apenas no patrimonial
- b) financeiro e patrimonial
- c) orçamentário e financeiro
- d) orçamentário, financeiro e patrimonial
- e) apenas no financeiro

12- Acerca da contabilização das operações de uma unidade da administração pública, é correto afirmar que a(o) _____ refere-se a um fato permutativo.

- a) empenho da despesa
- b) liquidação de despesa com pessoal e encargos
- c) arrecadação de receita tributária
- d) liquidação de despesa com aquisição de bens móveis
- e) anulação de empenho

13- Com base no critério verdadeiro (V) ou falso (F), julgue as seguintes afirmações e assinale a opção que indica a sequência correta.

- () Na inscrição de Restos a Pagar, as despesas processadas são distinguidas das não processadas.
- () Restos a Pagar são somente as despesas liquidadas e não pagas até 31 de dezembro.
- () No Balanço Financeiro, os Restos a Pagar do exercício serão computados na receita extra-orçamentária, para compensar sua inclusão na despesa orçamentária.

- a) V, V, F
- b) V, F, V
- c) V, V, V
- d) F, V, V
- e) F, F, V

14- De acordo com a Lei nº 4.320/64, o ativo financeiro é composto por:

- a) créditos e valores realizáveis independentemente da autorização orçamentária e dos valores numerários.
- b) saldo em caixa e nos bancos.
- c) depósitos a vista e aplicações financeiras.
- d) bens, créditos e valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.
- e) créditos, valores e todos os bens realizáveis.

- 15- Com base no seguinte Balanço Orçamentário, assinale a opção que indica o resultado orçamentário alcançado pela instituição.

Receitas		
Tipo	Prevista	Realizada
Receitas Correntes		
Tributária	200	190
Contribuições	100	100
Receitas de Capital		
Operações de Crédito	40	39
Alienação de Bens	45	45
Total	385	374

Despesas		
Tipo	Prevista	Realizada
Despesas Correntes		
Pessoal e Encargos	300	290
Despesas de Capital		
Investimentos	85	80
Total	385	370

- a) 370
- b) 374
- c) 15
- d) 0
- e) 4

AUDITORIA

- 16- Assinale a opção que apresenta aspectos que compõem as normas relativas à pessoa do auditor interno que executa as atividades de auditoria governamental.

- a) Independência, Imparcialidade e Supervisão dos Trabalhos
- b) Independência, Cautela Profissional e Planejamento dos Trabalhos
- c) Conhecimento Técnico, Comportamento Ético e Efetividade
- d) Soberania, Zelo Profissional e Objetividade
- e) Coerência, Integridade e Supervisão dos Trabalhos

- 17- Assinale a opção que não representa uma responsabilidade do auditor interno na execução dos seus trabalhos, conforme exposto na NBC-P-3 – Normas Profissionais do Auditor Interno.
- a) Ter o máximo de cuidado, imparcialidade e zelo na realização dos trabalhos e na exposição das conclusões.
 - b) Prevenir e detectar todas as fraudes e erros ocorridos na entidade são responsabilidade primária do auditor interno.
 - c) A amplitude do trabalho e a responsabilidade do auditor interno limitam-se à sua área de atuação.
 - d) Formar equipe de auditoria interna composta por pessoas com capacitação profissional requerida nas circunstâncias.
 - e) Prestar assessoria ao Conselho Fiscal ou órgão equivalente, cabe ao auditor interno, quando solicitado.
- 18- O tipo de auditoria que tem por objetivo emitir opinião com vistas a certificar a regularidade das contas das unidades e das entidades da administração pública, verificar a execução de contratos, acordos, convênios ou ajustes, bem como a probidade na aplicação dos dinheiros públicos, é denominada, de acordo com as normas de auditoria governamental:
- a) Auditoria de Avaliação da Gestão
 - b) Auditoria de Acompanhamento da Gestão
 - c) Auditoria Contábil
 - d) Auditoria Operacional
 - e) Auditoria Especial
- 19- Os trabalhos de auditoria coordenados pelo órgão de auditoria governamental, com o auxílio de órgãos ou instituições públicas ou privadas de auditoria ou fiscalização, são uma forma de auditoria governamental denominada:
- a) Direta - Centralizada
 - b) Indireta - Compartilhada
 - c) Direta - Descentralizada
 - d) Indireta - Terceirizada
 - e) Direta - Integrada
- 20- A certificação da existência e idoneidade dos critérios, para identificar, classificar e mensurar dados relevantes das operações das unidades auditadas faz parte dos objetivos do auditor governamental quando realiza:
- a) Exames de transações subseqüentes
 - b) Exames de confirmações de saldos
 - c) Revisão analítica de auditoria
 - d) Testes substantivos de auditoria
 - e) Avaliação dos controles internos
- 21- A realização de exames preliminares pelo auditor, a respeito da natureza e característica das áreas, operações, programas e dos recursos a serem auditados, tem por finalidade:
- a) Avaliar a capacidade e efetividade dos sistemas de controles internos contábeis.
 - b) Verificar se os procedimentos asseguram o cumprimento das diretrizes da administração.
 - c) Obter os elementos necessários ao planejamento dos trabalhos de auditoria.
 - d) Coletar evidências para o objetivo primeiro da auditoria de buscar irregularidades.
 - e) Constatar evidências da ocorrência de transações e eventos subseqüentes relevantes.
- 22- A determinação precisa dos objetivos da auditoria, bem como a identificação do universo a ser examinado são algumas das exigências básicas para a elaboração de um adequado:
- a) Plano de amostragem estatística
 - b) Plano de contingências de auditoria
 - c) Programa de risco de auditoria
 - d) Sistema de controles internos
 - e) Programa de trabalho de auditoria
- 23- A documentação preparada pelo auditor independente de demonstrações contábeis, ou fornecida a este, por intermédio de informações em meios eletrônicos, por exemplo, que se constituem em evidências de auditoria é conhecida como:
- a) Relatórios de Auditoria
 - b) Circularizações Eletrônicas
 - c) Técnicas Assistidas por Computador
 - d) Papéis de Trabalho
 - e) Programas de Auditoria de Sistemas

- 24- A investigação minuciosa, com exame de documentos, setores, unidades, órgãos e procedimentos interligados é um dos testes substantivos empregados pela auditoria governamental. Essa técnica de auditoria é denominada:
- a) Observação das Atividades e Condições
 - b) Exames dos Registros
 - c) Rastreamento
 - d) Corte das Operações
 - e) Inspeção Física
- 25- Para conseguir o nível de confiança desejado com menores amostras, a melhor técnica estatística que o auditor pode utilizar é a:
- a) Amostragem por Intervalo
 - b) Amostragem por Estratificação
 - c) Amostragem por Julgamento
 - d) Tabela de Números Aleatórios
 - e) Amostragem Exploratória
- 26- O pedido de confirmação de dados que o auditor utiliza quando a resposta for necessária somente em caso de discordância da pessoa de quem se quer obter tal confirmação denomina-se:
- a) Positivo
 - b) Branco
 - c) Preto
 - d) Relativo
 - e) Negativo
- 27- Com base no orçamento de receitas e despesas elaborado pela entidade auditada, cobrindo o exercício social das demonstrações contábeis sob exame, o auditor independente verificou o comportamento em relação aos valores efetivamente realizados. O procedimento de auditoria aplicado nessa situação foi:
- a) Cálculo
 - b) Inspeção
 - c) Revisão Analítica
 - d) Investigação e Confirmação
 - e) Observação
- 28- Indique, nas opções abaixo, qual o procedimento de auditoria mais eficaz para o auditor independente de demonstrações contábeis certificar-se da razoabilidade dos valores debitados no resultado do exercício, a título de despesas de amortizações do ativo diferido:
- a) Cálculo
 - b) Inspeção
 - c) Revisão Analítica
 - d) Observação
 - e) Circularização
- 29- Na situação em que verificar a não observância do princípio da economicidade na gestão financeira dos agentes responsáveis pela unidade auditada, constando desfalque que comprometa significativamente as demonstrações financeiras do período examinado, a auditoria governamental deverá emitir:
- a) Certificado de Regularidade com Ressalvas
 - b) Certificado de Irregularidade
 - c) Relatório de Abstenção de Opinião
 - d) Parecer Adverso
 - e) Parecer de Ilegalidade
- 30- A exigência de emissão tempestiva dos relatórios de auditoria faz parte de qual dos atributos de qualidade preconizados pelas normas de auditoria governamental.
- a) Oportunidade
 - b) Objetividade
 - c) Integridade
 - d) Concisão
 - e) Convicção

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA

- 31- Baseando-se nos objetivos dos princípios orçamentários, indique, nas opções abaixo, qual deles estabelece que o orçamento deve conter apenas matéria orçamentária.
- a) Princípio da unidade
 - b) Princípio da universalidade
 - c) Princípio da legalidade
 - d) Princípio da exclusividade
 - e) Princípio do equilíbrio
- 32- Com relação aos objetivos da política orçamentária, identifique a opção falsa.
- a) Promover ajustamentos na distribuição de renda.
 - b) Promover política antidepressiva na economia.
 - c) Permitir o controle do nível agregado da demanda, mantendo a instabilidade econômica.
 - d) Imprimir política de austeridade fiscal.
 - e) Permitir correção da desigualdade dos patrimônios e das rendas.
- 33- No que diz respeito aos elementos essenciais do orçamento-programa, indique a opção não pertinente.
- a) medidas de desempenho
 - b) unidades organizacionais
 - c) objetivos e propósitos
 - d) custos
 - e) programas
- 34- O planejamento no orçamento-programa é desenvolvido em 5 etapas. Aponte a etapa não adequada a esse processo.
- a) Identificação de prioridades.
 - b) Estabelecimento de metas.
 - c) Elaboração dos custos dos programas alternativos.
 - d) Quantificação dos benefícios de programas alternativos.
 - e) Auditoria dos programas.
- 35- De acordo com a Constituição Federal, assinale o período de vigência da Lei Orçamentária.
- a) seis meses
 - b) um ano
 - c) dois anos
 - d) três anos
 - e) tempo indeterminado
- 36- Identifique qual das receitas orçamentárias é classificada como uma receita de captação de recursos.
- a) imposto de renda
 - b) alienação de bens
 - c) operações de crédito interno
 - d) amortização de empréstimos
 - e) operações de crédito por antecipação de receita
- 37- Segundo a classificação das despesas por categorias econômicas, indique em qual categoria estão classificados os Benefícios Previdenciários.
- a) pessoal e encargos sociais
 - b) juros e encargos da dívida pública
 - c) investimentos
 - d) outras despesas correntes
 - e) amortização da dívida pública
- 38- O Orçamento Federal de 2001 foi elaborado com base no disposto pelo Decreto nº 2829/98, da Portaria 42/99 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Lei nº 101/2000, chamada Lei de Responsabilidade Fiscal. Atualmente, através de quais instrumentos são viabilizados os programas orçamentários?
- a) Função e Subfunção
 - b) Função, Projetos e Encargos Especiais
 - c) Projetos, Atividades e Encargos Especiais
 - d) Função e Operações Especiais
 - e) Projetos, Atividades e Operações Especiais

- 39- Os créditos adicionais resolvem as situações clássicas de imprevisão na elaboração orçamentária. Assinale, nas opções abaixo, como os referidos créditos são classificados.
- a) suplementares, especiais e extraordinários
 - b) suplementares, extraordinários e provisórios
 - c) especiais, extraordinários e provisórios
 - d) suplementares, extraordinários e ilimitados
 - e) ilimitados, extraordinários e provisórios
- 40- Tanto para a receita como para a despesa, o Balanço Financeiro divide-se em três partes, segundo a Lei nº 4.320/64. Assinale qual das opções abaixo não faz parte do referido balanço.
- a) Operações orçamentárias, de receitas e despesas.
 - b) Operações extra-orçamentárias, de recebimentos e pagamentos no período demonstrado.
 - c) Cancelamento da dívida ativa.
 - d) Saldos do exercício anterior.
 - e) Saldos para o exercício seguinte.
- 41- De acordo com os princípios teóricos da tributação, o princípio da capacidade de pagamento estabelece que
- a) os impostos são vistos como preços pagos pelos serviços públicos.
 - b) os impostos devem equivaler aos benefícios totais usufruídos pelos indivíduos, a partir dos gastos públicos.
 - c) os impostos não precisam ser equivalentes aos benefícios totais recebidos, mas apenas proporcionais a estes.
 - d) os contribuintes devem arcar com cargas fiscais que representem igual sacrifício de bem-estar.
 - e) os impostos devem ser distribuídos de acordo com os benefícios marginais recebidos.
- 42- Segundo a teoria das finanças públicas, assinale a opção correta no tocante ao conceito de déficit operacional.
- a) Corresponde ao valor dos gastos totais menos as receitas totais.
 - b) Corresponde ao valor do déficit primário mais o pagamento dos juros reais.
 - c) É dado pela diferença entre os gastos e receitas estimadas sob a hipótese de que a economia estivesse operando em níveis normais de desemprego.
 - d) Corresponde ao valor dos gastos não financeiros menos as receitas não financeiras.
 - e) Corresponde ao valor das necessidades de financiamento do Setor Público.
- 43- De acordo com a Lei nº 4.320/64, Capítulo II, art. 92, a Dívida Flutuante não compreende:
- a) os restos a pagar, excluídos os serviços da dívida
 - b) os serviços da dívida a pagar
 - c) os depósitos
 - d) as concessões de garantia
 - e) os débitos de tesouraria
- 44- Indique, entre os indicadores econômico-financeiros mencionados, aquele que não é relevante para o cálculo da capacidade de pagamento do Governo.
- a) Estoque anual da dívida / receita líquida real anual.
 - b) Crescimento anual relativo da receita tributária real.
 - c) Resultado corrente.
 - d) Despesa de pessoal / receita corrente líquida anual.
 - e) Despesa de investimento / receita de capital.

45- A Lei de Responsabilidade Fiscal estabeleceu, para todos os governantes, normas e limites a serem obedecidos na administração das finanças públicas do Brasil. Identifique a opção errada com relação à referida Lei.

- a) A lei fixou limites para gastos com pessoal em relação à receita corrente líquida, para os Três Poderes e cada nível de governo.
- b) O governante não pode criar uma despesa continuada sem indicar uma receita ou uma redução de outra despesa.
- c) A contratação de operações de crédito em cada exercício fica limitada ao montante da despesa corrente.
- d) Cada esfera de governo deverá explorar adequadamente sua base tributária e, conseqüentemente, ter capacidade de estimar sua própria receita.
- e) Os limites para o endividamento público serão estabelecidos pelo Senado Federal por proposta do Presidente da República.

FINANÇAS PÚBLICAS

46- Os princípios orçamentários são uma coleção de regras que têm por finalidade aumentar a coerência e efetividade do orçamento público. Indique, nas opções abaixo, que princípio estabelece que o orçamento deve conter todas as receitas e despesas do Estado.

- a) princípio da exclusividade
- b) princípio do equilíbrio
- c) princípio da universalidade
- d) princípio da anualidade
- e) princípio da publicidade

47- No tocante ao conceito de orçamento-programa, identifique a opção falsa.

- a) O principal critério de classificação é o funcional-programático.
- b) Na elaboração do orçamento-programa são considerados todos os custos dos programas, inclusive os que extrapolam o exercício.
- c) O controle visa avaliar a eficiência, a eficácia e a efetividade das ações governamentais.
- d) O processo orçamentário é dissociado dos processos de planejamento e programação.
- e) Existe a utilização sistemática de indicadores e padrões de medição dos trabalhos e dos resultados.

48- A aplicação da análise custo-benefício a projetos e programas governamentais requer uma análise criteriosa de determinados pontos. Escolha, nas opções abaixo, qual entre esses pontos não é pertinente.

- a) Como identificar e medir custos e benefícios.
- b) Qual a taxa apropriada para descontar estimativas futuras de custos e benefícios no cálculo dos respectivos valores atuais.
- c) Como estabelecer o período em que se fazem notar os custos e benefícios dos projetos.
- d) Como agregar custos e benefícios de vários projetos complementares, tendo em vista estender a análise no nível de programas executados pelo governo.
- e) Como avaliar todos os custos e benefícios listados, em termos de demanda agregada.

49- Segundo o art. 195 da Constituição Federal de 1988, a Seguridade Social será financiada por toda a sociedade, mediante recursos provenientes dos orçamentos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e de Contribuições. Indique qual contribuição financia a seguridade social.

- a) Contribuição sobre a Receita de Concursos de Prognósticos.
- b) Contribuição para o Programa de Integração Nacional.
- c) Contribuição para o Salário Educação.
- d) Contribuição Provisória sobre a Movimentação Financeira.
- e) Contribuição pela Exploração de Recursos Minerais.

50- Os aumentos do déficit e da dívida pública geram importantes consequências econômicas, segundo a teoria convencional. Indique a opção falsa com relação a seus efeitos.

- a) O prazo de maturação dos empréstimos, no longo prazo, é reduzido.
- b) Determinam mudanças na trajetória da taxa de juros, nas transações externas e na taxa de câmbio.
- c) No curto prazo, por meio da redução de impostos e gastos inalterados podem levar a aumento da renda e produto nacionais.
- d) Acarretam impactos sobre o nível de poupança doméstica, investimentos e formação de capital.
- e) No longo prazo, o mercado exige taxa de juros maior para financiar a rolagem da dívida.



ESAF